



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO CONTROLE INTERNO

---

### *PARECER DO CONTROLE INTERNO N.º 006/2024*

**OBJETO:** PL 007/2024 - PE 003/2024.

**SOLICITANTE:** Diretor de Compras e Licitações.

### **1. INTRODUÇÃO**

A Nova Lei de Licitações trouxe três linhas de defesas no trâmite das contratações públicas, destinando ao Controle Interno e ao Tribunal de Contas, a segunda e a terceira linha de defesa:

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

**II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;**

**III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.**

[...]

§ 1º Na forma de regulamento, a implementação das práticas a que se refere o caput deste artigo será de responsabilidade da alta administração do órgão ou entidade e levará em consideração os custos e os benefícios decorrentes de sua implementação, optando-se pelas medidas que promovam relações íntegras e confiáveis, com segurança jurídica para todos os envolvidos, e que produzam o resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas.

A fim de regulamentar a Nova Lei de Licitações no âmbito administrativo, foi publicado o Decreto n.º 025 em 06 de fevereiro de 2024, o qual estabeleceu o “Trâmite Interno da Requisição de Compras” em seu art. 65, IV, apontando que compete à Controladoria Interna:

IV – a Controladoria-Geral do Município, através de seus integrantes, com atribuições previstas no cargo, fará a conferência, e constatada a regularidade do ato, efetuará a assinatura dos servidores responsáveis e enviará para a Autoridade Competente (Prefeito).

Ato contínuo, o Decreto Municipal n.º 025/2024 ainda menciona:

Art. 56. As contratações públicas sujeitam-se às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança da administração municipal;

II - segunda linha de defesa, integrada pela unidade de assessoramento jurídico;

**III - terceira linha de defesa, servidores da Controladoria-Geral do Município.**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

### CONTROLE INTERNO

---

3º Compete aos agentes públicos integrantes da terceira linha de defesa:

I - aperfeiçoar os sistemas de controle interno no âmbito de sua competência;

II - propor melhorias, se for o caso, nos processos de controle interno realizados pelos agentes públicos integrantes da primeira e segunda linhas de defesa;

III - avaliar a conformidade das condutas e procedimentos adotados pelos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa com as disposições da Constituição Federal, com a legislação específica e com normas infralegais.

§ 4º A avaliação de que trata o inciso III do § 3º deste artigo, **poderá ser realizada de ofício ou por solicitação expressa da autoridade responsável pela respectiva contratação, mediante relatório circunstanciado.**

§ 5º O relatório de avaliação de que trata o § 4º deste artigo será aprovado pela autoridade competente e comunicado aos agentes públicos a ela relacionados, que adotarão as condutas nele sugeridas, se for o caso.

§ 6º Caso o processo de avaliação indique o cometimento de infração, será instaurado o processo administrativo destinado à apuração de responsabilidade, na forma da lei.

Nesse sentido, segue o presente Parecer do Controle Interno sobre o PL 007/2024 - PE 003/2024 em caráter opinativo, a ser encaminhado à Autoridade Competente.

## 2. DO PARECER

Primeiramente, destaca-se que as práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo não devem se restringir à existência de uma unidade de controle interno, mas devem ser implementadas em todo o macroprocesso de contratação, conforme orientação exarada na 5ª Edição do “Manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência” do Tribunal de Contas da União (Enunciado - CJF - 54/2023).

Ressalta-se, igualmente, que este Parecer é elaborado como terceira linha de defesa, tendo em vista que o Decreto Municipal de n.º 25/2024 deixou ao Órgão de Controle Interno a competência de *(i) aperfeiçoar os sistemas de controle interno no âmbito de sua competência; (ii) propor melhorias, se for o caso, nos processos de controle interno realizados pelos agentes públicos integrantes da primeira e segunda linhas de defesa; (iii) avaliar a conformidade das condutas e procedimentos adotados pelos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa com as disposições da Constituição Federal, com a legislação específica e com normas infralegais.*

As etapas a serem seguidas pela Administração no trâmite interno das licitações estão apontadas no art. 65, inciso I ao VI do Decreto Municipal n.º 025/2024, estando devidamente preenchido o requisito elencado no inciso I, visto que presente Parecer Técnico do Setor de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO CONTROLE INTERNO

---

Compras de n.º 007/2024, ratificados manualmente pelos representantes da Secretaria de Administração e Planejamento.

Quanto à documentação: “Requisição de Compras”, “Estudo Técnico Preliminar”, “Termo de Referência”, “Minuta de Edital”, cabe ao Órgão de Assessoria Jurídica receber e realizar a análise e constatar que foram contratados os requisitos, elaborando parecer favorável se entender pela regularidade do ato, consoante art. 65, III do Decreto Municipal n.º 025/2024.

Considerando que ao Controle Interno cabe à conferência do ato, tendo sido elaborado Parecer Jurídico de n.º 036/2024 pelo órgão competente, no qual consta o cumprimento de todos os requisitos legais, passa-se à análise.

O objeto da contratação pública através de licitação é o “REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, BEM COMO PARA OS USUÁRIOS (SERVIDORES E CIDADÃOS) DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)”.

A intenção de registro de preço foi devidamente publicada em 08/03/2024, indicando o prazo de 08 (oito) dias úteis para o envio da manifestação formal ao Setor de Licitações (e-mail: [licitacao@novatrento.sc.gov.br](mailto:licitacao@novatrento.sc.gov.br)), em obediência ao art. 86 da Nova Lei de Licitações e de acordo com o link do Município: <https://novatrento.sc.gov.br/intencao-de-registro-de-precos-irp/>.

A documentação exigida ao caso concreto foi elaborada pelos responsáveis, havendo indicação no Termo de Referência de 15 (quinze) Fiscais de Contrato, o que é prudente ao caso, considerando que o objeto será executado em locais diversos dentro da municipalidade. A fim de resguardar a Administração Pública, recomenda-se, quando da assinatura do contrato, a indicação expressa de todos os Fiscais (podendo ser um responsável por secretaria) e as respectivas Secretarias que representam.

Seguem as dotações orçamentárias apontadas no Termo de Referência:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO CONTROLE INTERNO

---

- Secretaria de Administração e Planejamento: 13.3.3.90.1.500.7000.000;
- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: 84.3.3.90.1.500.7000.000;
- Secretaria de Obras e Transporte: 96.3.3.90.1.500.7000.000;
- Secretaria de Turismo: 135.3.3.90.1.500.7000.000;
- Secretaria de Educação: 31.3.3.90.1.500.1001.101; 39.3.3.90.1.500.1001.101;  
48.3.3.90.1.500.1001.101;
- Secretaria de Saúde: 14.3.3.90.1.500.1002.101; 8.3.3.90.1.500.1002.101;
- Secretaria de Assistência Social e Habitação: 56.3.3.90.1.500.7000.000;  
60.3.3.90.1000.1.660.7000.131;
- Secretaria de Esporte: 123.3.390.1.500.7000.000;
- Secretaria de Finanças: 153.3.3.90.1.500.7000.000;

A fim de complementar as dotações orçamentárias, recomenda-se o preenchimento dos itens “Órgão, Unidade, Projeto/Atividade e Dotação Orçamentária”, em que pese ser possível constatar tais previsões na Lei Orçamentária Anual 2024 e Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual 2024.

Referente ao Mapa de Riscos, verifica-se que este segue anexo ao Termo de Referência.

Como já mencionado, cabe a terceira linha de defesa propor, se for o caso, melhorias aos processos de controle interno realizados pelos agentes públicos integrantes da primeira e segunda linha de defesa. Nesse ponto, o Sistema de Controle Interno de Nova Trento possui Órgão de Apoio Técnico Administrativo, previsto no art. 2º da Lei 1.931/2003 e Decreto Municipal 107/2011, o qual possui as seguintes responsabilidades:

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo, no que tange ao controle interno, têm as seguintes responsabilidades:

- I - Exercer o controle, observando a legislação pertinente, na execução de suas funções;
- II - Propor o aprimoramento das normas e rotinas baixadas pelo Executivo Municipal;
- III - Elaborar relatórios periódicos, encaminhando-os ao Órgão de Controle Interno para posterior consolidação e providências necessárias.

Quanto às licitações, resta fixado no Decreto Municipal de n.º 052/2024, atribuição para dar suporte ao funcionamento no âmbito do controle interno do Órgão de Licitações, constando indicação expressa da atribuição através de designação devidamente registrada e publicada.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO CONTROLE INTERNO

---

Por fim, sobre os aspectos técnicos referentes ao cumprimento do objeto licitatório “fornecimento de uniformes aos usuários”, este setor de controle interno não detém as atribuições necessárias para a análise pormenorizada dos materiais componentes e quantitativos fixados pelas Secretarias demandantes.

É o parecer.

### 3. CONCLUSÃO

**Diante do exposto**, considerando que a presente manifestação não se vincula aos aspectos técnicos envolvidos no objeto solicitado pelo órgão demandante, mas apenas para conferência do ato administrativo, existindo Parecer Jurídico de n.º 036/2024 constatando que foram cumpridos todos os requisitos estabelecidos na legislação aplicável, consoante art. 65, IV do Decreto Municipal n.º 025/2024, opina-se pelo prosseguimento do trâmite licitatório, cabendo destacar que cabe à Autoridade Competente analisar, avaliar e autorizar o ato de abertura de processo licitatório.

É a manifestação.

Nova Trento, SC, 27 de março de 2024.

Jéssica Dalila Sidloski Semeler  
Auditora de Controle Interno